

Petróleo, Royalties & Região



Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
de Cidades - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XII, nº 46 – DEZEMBRO / 2014

APOIO

INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310

A hora do *rush*!

Com o aumento das rendas do petróleo nos últimos 15 anos, cresce a frota de veículos nos municípios das três mesorregiões. A pesquisa com dados do Detran-RJ mostra que o que deveria ser considerado símbolo de status e de ascensão social no Brasil, também pode gerar dificuldades.

E ainda:

Como a produção e extração de petróleo e gás (P&G) contribuíram para o comportamento do setor industrial do Norte Fluminense (NF).



ARTIGO

Os desafios para o planejamento regional do aumento da frota de automóveis nos municípios das Baixadas Litorâneas, Norte e Noroeste Fluminense: uma análise dos dados entre janeiro de 2001 e dezembro de 2010.

RESUMO: O OBJETIVO DESTA ARTIGO É O DE PROVOCAR O DEBATE ACERCA DOS DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL QUANTO AO AUMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS NOS MUNICÍPIOS DAS BAIXADAS LITORÂNEAS, NORTE E NOROESTE FLUMINENSE NOS ÚLTIMOS 15 ANOS. PARA TANTO, SÃO APRESENTADOS OS RESULTADOS DE UMA PESQUISA EMPÍRICA, QUE ANALISOU OS DADOS SOBRE A FROTA DE AUTOMÓVEIS NOS MUNICÍPIOS DAS TRÊS MESORREGIÕES ENTRE JANEIRO DE 2001 E DEZEMBRO DE 2010 E COMPAROU-OS COM OS DADOS SOBRE POPULAÇÃO E RENDA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS 2000 E 2010. DE MANEIRA GERAL, CONSTATOU-SE QUE HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE O AUMENTO DA RENDA E O INCREMENTO DA FROTA DE AUTOMÓVEIS NESTES MUNICÍPIOS, QUE CRESCERAM ACIMA DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL. ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS, A AMPLIAÇÃO DO TRÁFEGO DE VEÍCULOS ESTÁ ASSOCIADA AO AUMENTO DA PRESSÃO SOBRE A INFRAESTRUTURA URBANA E À INTENSIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS DE MOBILIDADE E DAS DEMANDAS DE ORDEM AMBIENTAL.

PALAVRAS-CHAVE: FROTA DE AUTOMÓVEIS, PLANEJAMENTO REGIONAL, BAIXADAS LITORÂNEAS, NORTE FLUMINENSE, NOROESTE FLUMINENSE.

ABSTRACT: THE OBJECTIVE OF THIS ARTICLE IS TO DISCUSS THE CHALLENGES FOR THE REGIONAL PLANNING CONCERNING THE INCREASE OF THE CAR FLEET IN THE MUNICIPALITIES OF THE COASTAL LOWLAND, NORTH AND NORTHWEST OF RIO DE JANEIRO STATE IN THE PAST 15 YEARS. WITH THIS PURPOSE, THE RESULTS OF AN EMPIRICAL RESEARCH THAT ANALYZED DATA ON THE FLEET OF CARS IN THE MUNICIPALITIES OF THE THREE MESOREGIONS BETWEEN JANUARY 2001 AND DECEMBER 2010 ARE ANALYZED AND COMPARED WITH DATA ON POPULATION AND INCOME OF THE POPULATION CENSUSES OF THE IBGE OF 2000 AND 2010. IN GENERAL, IT WAS FOUND THAT THERE IS A RELATIONSHIP BETWEEN THE INCREASE OF THE INCOME AND THE FLEET OF CARS IN THESE MUNICIPALITIES, WHICH GREW ABOVE THE POPULATION EVOLUTION. AMONG OTHER CONSEQUENCES, THE EXPANSION OF THE TRAFFIC OF VEHICLES IS ASSOCIATED WITH AN INCREASE IN PRESSURE ON THE URBAN INFRASTRUCTURE AND THE INTENSIFICATION OF MOBILITY PROBLEMS AND DEMANDS OF THE ENVIRONMENT.

KEYWORDS: FLEET OF CARS, REGIONAL PLANNING, COASTAL LOWLAND, NORTH AND NORTHWEST OF THE RIO DE JANEIRO STATE.

WILLIAM SOUZA PASSOS, GRADUADO EM GEOGRAFIA E ESPECIALISTA EM ENSINO DE GEOGRAFIA PELO IFF, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. MESTRE EM POLÍTICAS SOCIAIS PELA UENF. PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE QUISSAMÃ/RJ (SEMED - QUISSAMÃ/RJ) E DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO (SEEDUC/RJ).

A instalação do Complexo de E&P – Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural –, da Bacia de Campos, completa 40 anos em 2014. No decorrer dessas quatro décadas, os estudos identificaram características de enclave no Complexo sediado em Macaé, com ramificações em Rio das Ostras, pela sua natureza extrativista, sem internalização da cadeia de beneficiamento ou de produção de máquinas e equipamentos, e pela sua concentração territorial, comprovada pelos indicadores demográficos e de emprego (Piquet, 2010; Cruz,

2005). Nesse período, os grandes impactos precipitaram-se sobre Macaé, principalmente na pressão sobre a infraestrutura urbana, de moradia e dos equipamentos de serviços coletivos e sociais, incluindo a mobilidade, decorrentes da imigração em busca de trabalho, inicialmente nas obras civis e, posteriormente, nas atividades operacionais.

Contudo, a combinação entre a elevação vertiginosa do pagamento das rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) aos municípios litorâneos do NF – Norte Fluminense – e das BL – Baixadas Litorâneas –, em consequência da Lei do Petróleo (Lei federal 9.478/97), que quebrou o monopólio estatal, e o volume significativo de trabalhadores empregados nas atividades do Complexo de E&P, mas que mantêm residência em outros municípios, inclusive do NOF – Noroeste

SÍMBOLO DE STATUS E DE ASCENSÃO SOCIAL NO BRASIL, A AQUISIÇÃO DO AUTOMÓVEL ESTÁ RELACIONADA, NO IMAGINÁRIO DO BRASILEIRO, À NOÇÃO DE MELHORIA DO PADRÃO DE VIDA. EMPIRICAMENTE, O AUMENTO DO NÚMERO DE AUTOMÓVEIS PODE APONTAR PARA A ELEVAÇÃO DO NÍVEL DA RENDA NUMA DADA POPULAÇÃO.

Fluminense –, conduziram a irradiação territorial dos benefícios das atividades de E&P, pela via da renda, em direção à hinterlândia do município-sede. O conjunto das transformações produzidas pelo incremento da circulação da renda nos municípios beneficiados pelas rendas petrolíferas e nos municípios de origem dos trabalhadores do segmento de petróleo e gás que fazem migração pendular permite provocar o debate acerca da relativização do uso

do conceito de enclave para se referir aos impactos provocados pelo Complexo E&P da Bacia de Campos no seu entorno territorial.

Como resultado da entrada em circulação das rendas do petróleo nesses municípios, entendendo como rendas do petróleo não apenas as indenizações pagas aos municípios da Bacia de Campos como exigência da Lei do Petróleo, mas também os salários (renda-salário) recebidos pelos tra-

balhadores do setor de petróleo e gás, ocorreu, principalmente na parcela dos municípios não petrorrentistas, a dinamização de um conjunto de atividades ligadas aos setores de comércio, serviços e construção civil, incluindo a expansão da fronteira imobiliária. Nos municípios petrorrentistas, registrou-se um aumento substancial do volume do emprego público. De modo especial, em alguns municípios do NOF, a população empregada nas atividades offshore, em Macaé, passou a constituir uma camada média emergente com significativo potencial de consumo e capacidade para a prática do empreendedorismo, a nível local.

Do ponto de vista do planejamento regional, entre as preocupações decorrentes dos principais desdobramentos da dinamização econômica dos municípios do NF, NOF e BL, deve estar a questão da mobilidade urbana, e, dentro desta, o aumento da frota de veículos, entre outros aspectos, como consequência do incremento da renda regional. Dados do Detran-RJ apontam para um ritmo de crescimento superior do total de veículos registrados nas três mesorregiões, entre os anos de 2000 e 2010, em comparação com a evolução demográfica do período.

Símbolo de status e de ascensão social no Brasil, a aquisição do automóvel está relacionada, no imaginário do brasileiro, à noção de melhoria do padrão de vida. Empiricamente, o aumento do número de automóveis pode apontar para a elevação do nível da renda numa dada população. É nesta perspectiva que se optou pela análise dos dados fornecidos pelo Detran-RJ sobre o número de automóveis registrados nos municípios das mesorregiões NF, NOF e BL, entre janeiro de 2001 (o primeiro dado disponível) e dezembro de 2010, e sua comparação

com os dados sobre população e renda dos Censos Demográficos 2000 e 2010. O objetivo da pesquisa é o de provocar o debate acerca dos impactos do aumento da frota de veículos nos municípios das três mesorregiões nos últimos 15 anos, sua relação com o aumento da circulação das rendas do petróleo e os consequentes desafios para o planejamento regional nas dimensões social, econômica, espacial e ambiental.

Principais resultados da análise dos dados selecionados

No conjunto das três mesorregiões selecionadas, a BL foi a que apresentou maior incremento populacional no intervalo dos dois últimos Censos (51,6%), seguida do NF (21,5%) e do NOF (6,6%). Rio das Ostras, com 190,2%, foi o município que apresentou a maior expansão demográfica do País. Apenas no NOF, o crescimento populacional ficou abaixo da média estadual, de 11,1%. A mesma tendência de crescimento se repetiu em relação ao número de automóveis registrados: entre janeiro de 2001 e dezembro de 2010, a frota deste tipo de veículo aumentou em 152,7% nos municípios da BL, contra 77,7% naqueles do NF e 39,4% nos do NOF. Ressalta-se a ampliação de 391,2% da frota de Rio das Ostras e de 229,4% da frota de Armação dos Búzios. Em todo o estado do Rio de Janeiro, o número de automóveis cresceu 53,5%. Diante do fato de que a economia do NF e da BL cresceu acima da média estadual, situação completamente oposta a do NOF, que sofre com a ausência de investimentos, ao mesmo tempo em que amarga o posto de menor PIB entre as mesorregiões fluminenses, os dados sobre população e frota de automóveis confirmam as tendências já esperadas.

Tabelas 1, 2 e 3 – Crescimento Populacional na BL, NF e NOF – 2000-2010/2003-2013

Baixas Litorâneas	Pop. 2000	Pop. 2010	Cresc. Anual 2000/2010 (%)	Inc. Pop. 2000/2010 (%)
Araruama	82.803	112.008	,07	35,3
Armação dos Búzios	18.204	27.560	,23	51,4
Arraial do Cabo	23.877	27.715	,50	16,1
Cabo Frio	126.828	186.227	,92	46,8
Casimiro de Abreu	22.152	35.347	,78	59,6
Iguaba Grande	15.089	22.851	,24	51,4
Rio das Ostras	36.419	105.676	11,24	190,2
São Pedro da Aldeia	63.227	87.875	,35	39,0
Saquarema	52.461	74.234	,53	41,5
Silva Jardim	21.265	21.349	,04	0,4
Baixas Litorâneas	462.325	700.842	,95	51,6
Estado RJ	14.392.106	15.989.929	,06	11,1
Brasil	169.799.170	190.755.799	,17	12,3

Norte	Pop. 2000	Pop. 2010	Cresc. Anual 2000/2010 (%)	Inc. Pop. 2000/2010 (%)
Carapebus	8.666	13.359	,42	54,2
Campos dos Goytacazes	407.168	463.731	,31	13,9
Cardoso Moreira	12.595	12.600	,00	0,0
Conceição de Macabu	18.782	21.211	,22	12,9
Macaé	132.461	206.728	,55	56,1
Quissamã	13.674	20.242	,00	48,0
São Francisco de Itabapoana	41.475	41.354	,05	-0,3
São Fidélis	36.789	37.543	,20	2,0
São João da Barra	27.682	32.747	,69	18,3
Região Norte	699.292	849.515	,97	21,5
Estado RJ	14.392.106	15.989.929	,06	11,1
Brasil	169.799.170	190.755.799	,17	12,3

Noroeste	Pop. 2000	Pop. 2010	Cresc. Anual 2000/2010 (%)	Inc. Pop. 2000/2010 (%)
Aperibé	8.018	10.213	,45	27,4
Bom Jesus do Itabapoana	33.655	35.411	,51	5,2
Cambuci	14.670	14.827	,11	1,1
Italva	12.621	14.063	,09	11,4
Itaocara	23.003	22.899	0,05	0,5
Itaperuna	86.720	95.841	,01	10,5
Laje do Muriaé 7	.909	.487	0,55	5,3
Miracema	27.064	26.843	0,08	0,8
Natividade	15.125	15.082	0,03	0,3
Porciúncula	16.093	17.760	,08	10,4
Santo Antônio de Pádua	38.692	40.589	,48	4,9
São José de Ubá	6.413	.003	,88	9,2
Varre-Sai 7	.854	.475	,89	20,6
Noroeste	297.837	317.493	,64	6,6
Estado RJ	14.392.106	15.989.929	,06	11,1
Brasil	169.799.170	190.755.799	,17	12,3

Fonte: Censo Demográfico 2010, DATAUCAM-Banco de Indicadores Socioeconômicos do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, UCAM-Campos/RJ

Também se analisou a relação população/automóveis nos municípios das três mesorregiões e, em todos eles, a relação caiu. No conjunto dos municípios do NF, em 2010, havia 1 automóvel para cada grupo de 5,4 habitantes; na BL, 1 automóvel para cada 5,2 moradores; e no NOF, 1 carro

a cada 7,7 pessoas. No estado do RJ como um todo, a relação era de 1 automóvel para 4,4 habitantes.

Quanto à renda, de modo geral, os municípios das três mesorregiões se comportaram de acordo com a tendência nacional e estadual de aumento da renda com desconcentração. Neste caso, porém, algumas polarizações foram registradas, que destoam do movimento geral. Na BL, Rio das Ostras, com 356,71%, e Casimiro de Abreu, com 110, 42%, apresentaram crescimento da renda acima do dobro da média nacional e acima do triplo da média estadual. Em Casimiro de Abreu, porém, a renda cresceu concentrando-se, enquanto em Rio das Ostras, apesar do incremento em volume extraordinário, a renda cresceu em ritmo de desconcentração.

No NF, Macaé (111,74%), Quissamã (150,80%) e Carapebus (129,22%) também apresentaram elevação da renda bem acima das médias nacional e estadual, embora os dois últimos provavelmente estejam sob o efeito estatístico derivado da condição de municípios recém-emancipados. No caso desta mesorregião, apenas Cardoso Moreira, Conceição de Macabu e São Fidélis registraram desconcentração entre os Censos 2000 e 2010. Em todos os demais municípios, a renda cresceu concentrando-se nas mãos da parcela mais rica da população.

No NOF, as polarizações da renda são mais acentuadas e o quadro é de maior complexificação. Neste aspecto, Porciúncula assume especial destaque por ter apresentado um ritmo de crescimento da renda (90,93%) e de concentração (em 2010, a renda dos 20% mais ricos era 28,22 vezes maior que a renda dos 20% mais pobres, contra 18,29 vezes em 2000) bem acima dos demais municípios da me-

sorregião, entre os dois últimos Censos. Em Bom Jesus do Itabapoana (55,52%) e em Itálva (55,14%), a renda cresceu num ritmo superior ao de Itaperuna (42,99%), principal polo mesorregional. Bom Jesus do Itabapoana e Porciúncula, aliás, foram os únicos municípios do NOF que registraram aumento da concentração da renda. Laje do Muriaé, Miracema e Natividade chamam a atenção pelo fato de terem apresentado ritmo de crescimento da renda próximo ao do estado, apesar de terem sofrido perda de população entre os dois últimos Censos, como se pode ver nos quadros apresentados.

Considerações finais

O incremento da frota de automóveis nas três mesorregiões selecionadas segue na direção do aumento do volume de veículos de uso individual em circulação nos últimos 15 anos no estado e em todo o País. A combinação entre a conjuntura macroeconômica nacional de aumento e desconcentração da renda, resultado das políticas assistencialistas, de transferência de renda e de valorização dos reajustes salariais, somadas à expansão do crédito, ao estímulo ao consumo via redução ou isenção temporária fiscal setorial, como no caso do IPI, promovida pelo Governo Federal em dados momentos, aos conhecidos problemas de mobilidade e à opção brasileira pela priorização do transporte rodoviário individual são fatores que ajudam a explicar a expansão da frota de carros de passeio no período. À escala regional, o aumento da circulação das rendas do petróleo se soma aos demais fatores e contribui para ampliação do volume de veículos muito mais na BL e no NF do que no NOF.

No conjunto dos dados apresentados, de maneira geral, há uma relação entre o aumento

Tabelas 4, 5 e 6 – Frota de automóveis segundo o Detran-RJ – jan/2001-dez/2010; Razão população/automóveis

Baixas Litorâneas	Frota jan/2001	Frota dez/2010	Inc. Frota jan/2001-dez/2010 (%)	Razão pop. 2000/aut. jan. 2001	Razão pop./aut. 2010
Aruama	12.453	25.964	108,5	6,6	4,3
Armação dos Búzios	1.826	6.015	229,4	10,0	4,6
Arraial do Cabo	2.479	4.387	77,0	9,6	6,3
Cabo Frio	15.671	44.127	181,6	8,1	4,2
Casimiro de Abreu	3.115	5.958	91,3	7,1	5,9
Iguaba Grande	1.432	4.308	200,8	10,5	5,3
Rio das Ostras	3.482	17.105	391,2	10,5	6,2
São Pedro da Aldeia	6.188	13.247	114,1	10,2	6,6
Saquarema	5.598	12.336	120,4	9,4	6,0
Silva Jardim	1.510	2.395	58,6	14,1	8,9
Baixas Litorâneas	53.754	135.842	152,7	8,6	5,2
Estado RJ	2.356.419	3.617.815	53,5	6,1	4,4

Norte	Frota jan/2001	Frota dez/2010	Inc. Frota jan/2001-dez/2010 (%)	Razão pop. 2000/aut. jan. 2001	Razão pop./aut. 2010
Carapebus	431	13.359	209,0	20,1	10,0
Campos dos Goytacazes	56.670	463.731	60,8	7,2	5,1
Cardoso Moreira	653	2.600	71,8	19,3	11,2
Conceição de Macabu	1.422	21.211	95,9	13,2	7,6
Macaé	21.514	206.728	119,2	6,2	4,4
Quissamã	946	20.242	172,8	14,5	7,8
São Francisco de Itabapoana	1.188	41.354	102,7	34,9	17,2
São Fidélis	3.535	37.543	34,3	10,4	7,9
São João da Barra	1.847	32.747	89,9	15,0	9,3
Região Norte	88.206	849.515	77,7	7,9	5,4
Estado RJ	2.356.419	3.617.815	53,5	6,1	4,4

Noroeste	Frota jan/2001	Frota dez/2010	Inc. Frota jan/2001-dez/2010 (%)	Razão pop. 2000/aut. jan. 2001	Razão pop./aut. 2010
Aperibé	729	1.235	69,4	11,0	8,3
Bom Jesus do Itabapoana	4.535	4.961	9,4	7,4	7,1
Cambuci	880	1.241	41,0	16,7	11,9
Itálva	1.126	1.658	47,2	11,2	8,5
Itaocara	2.113	3.468	64,1	10,9	6,6
Itaperuna	10.193	14.015	37,5	8,5	6,8
Laje do Muriaé	452	614	35,8	17,5	12,2
Miracema	2.427	3.231	33,1	11,2	8,3
Natividade	1.139	1.689	48,3	13,3	8,9
Porciúncula	859	1.442	67,9	18,7	12,3
São Antonio do Rio do Preto	4.335	6.183	42,6	8,9	6,6
São José do Bonfim	146	428	193,2	43,9	16,4
Silva Jardim	466	826	77,3	16,9	11,5
São Noroeste	29.400	40.991	39,4	10,1	7,7
Estado RJ	2.356.419	3.617.815	53,5	6,1	4,4

Fonte: Detran-RJ

da renda e o incremento da frota de automóveis nos municípios analisados, que, contudo, cresceram acima da evolução populacional. No entanto, chamam a atenção e necessitam de um aprofundamento casos como o de Búzios, na BL, que registrou a segunda posição no crescimento do volume de

veículos, embora tenha sido o antepenúltimo município em crescimento da renda na mesorregião. No NF, ressalta-se o incremento de 102,7% da frota em São Francisco do Itabapoana, o município mais pobre e com o menor crescimento da renda na mesorregião. Tal fato assume ainda maior relevância

se for levado em consideração que o aumento superior da frota em Carapebus e Quissamã, em comparação àquele município, pode ser consequência da recente emancipação dos dois últimos.

No NOF, São José de Ubá, município também recém-emancipado, registrou expansão da frota quase três vezes superior à de Varre-Sai, o segundo colocado na mesorregião. A exemplo de Carapebus e de Quissamã, no NF, é preciso verificar o grau de influência da recente emancipação nos dados do município. Outro caso a ser elucidado é o de Itaocara, que, apesar da perda de população e de uma ampliação da renda de apenas 3,78%, entre 2000 e 2010, registrou expansão da frota de automóveis em 64,1%.

De todo modo, os dados apontam para o aumento do volume de automóveis em circulação em todos os municípios das três mesorregiões analisadas. Como principais consequências e desafios para o planejamento regional decorrentes de tal fato, estão o aumento da pressão sobre a infraestrutura urbana, a intensificação dos problemas de mobilidade frente à ampliação do tráfego de veículos e das demandas de ordem ambiental, como o aumento da poluição, a piora da qualidade do ar e a elevação da temperatura local de áreas urbanas.

De maneira geral, mas sobretudo em alguns municípios da BL e do NF, a população das três mesorregiões vem sofrendo as consequências da evolução progressiva do volume de veículos em circulação em seus municípios. Processo que, ao que tudo indica, tende a se intensificar ainda mais nos próximos anos, com a entrada massiva em circulação, nas rodovias intermunicipais e interestaduais, de veículos pesados de cargas vinculadas ao Complexo de E&P de petróleo e gás, em franca expansão,

com a exploração do Pré-Sal, bem como ao Complexo Portuário do Açú.

É diante disso que se quer encerrar este artigo exortando toda a comunidade regional ao debate sobre o tema, chamando a atenção para a necessidade de se pensar e de se viabilizar em políticas públicas, que ajudem a mitigar os impactos sobre a infraestrutura urbana, a mobilidade e o ambiente causados pelo incremento da circulação de veículos nos municípios da BL, NF e NOF. Sobre este aspecto, também está em questão a promoção do aumento da qualidade de vida da população destes municípios.

NOTAS

1- EM OPOSIÇÃO À DENOMINAÇÃO CORRENTE “MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO”, SERRA, TERRA E PONTES (2006) UTILIZAM A DENOMINAÇÃO “PETRORRENTISTAS”, PARA ENFATIZAR QUE OS MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS, EM VEZ DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, VIVEM, NA VERDADE, DO RECEBIMENTO DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS SOBRE ESTA ATIVIDADE.

Referências:

CRUZ, J. L. V. DA (ORG.). BRASIL, O DESAFIO DA DIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SENAC NACIONAL, 2005.

DATASUS. DISPONÍVEL EM <HTTP://WWW2.DATASUS.GOV.BR/DATASUS/INDEX.PHP?AREA=0206>. ACESSO EM 10 SET. 2014.

DATAUCAM – BANCO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES, UCAM-CAMPOS/RJ.

DETRAN-RJ ESTATÍSTICAS. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.DETRA.NJ.GOV.BR/_ESTATISTICAS.VEICULOS/INDEX.ASP>. ACESSO EM 10 SET. 2014.

PIQUET, R. O NORTE FLUMINENSE EM TEMPO PRESENTE. IN: SANTOS, A.; MARAFON, G.; SANT'ANNA, M. J. (ET AL.). RIO DE JANEIRO: UM OLHAR SOCIOESPACIAL. RIO DE JANEIRO: GRAMMA, 2010.

SERRA, R.; TERRA, D.; PONTES, C. OS MUNICÍPIOS PETRORRENTISTAS FLUMINENSES: GÊNESE E AMEAÇAS. REVISTA RIO DE JANEIRO; RIO DE JANEIRO, V. 18-19, 2006.

Tabelas 7, 8 e 9 – Razão de renda na BL, NF e NOF – 2000-2010

Baixas Litorâneas	Razão de renda 2000	Razão de renda 2010	Aumento da renda 2000/2010 (%)
Araruama	24,04	20,75	73,33
Armação dos Búzios	25,14	20,09	59,92
Arraial do Cabo	16,45	13,60	36,82
Cabo Frio	29,79	20,47	92,38
Casimiro de Abreu	14,52	15,20	110,42
Iguaba Grande	20,99	22,80	77,57
Rio das Ostras	22,09	18,97	356,71
São Pedro da Aldeia	20,28	16,67	90,61
Saquarema	21,52	19,66	74,73
Silva Jardim	24,18	18,63	19,62
Baixas Litorâneas	30,84	30,08	35,54
Estado RJ	45,10	33,91	47,10
Brasil	24,04	20,75	73,33

Norte	Razão de renda 2000	Razão de renda 2010	Aumento da renda 2000/2010 (%)
Carapebus	10,89	11,62	129,22
Campos dos Goytacazes	22,13	26,08	52,54
Cardoso Moreira	14,95	13,09	35,93
Conceição de Macabu	17,23	16,61	62,37
Macaé	20,59	22,77	111,74
Quissamã	16,38	16,73	150,80
São Francisco de Itabapoana	25,22	29,57	15,10
São Fidélis	18,21	13,34	36,11
São João da Barra	16,31	18,37	83,94
Região Norte	30,84	30,08	35,54
Estado RJ	45,10	33,91	47,10
Brasil	10,89	11,62	129,22

Noroeste	Razão de renda 2000	Razão de renda 2010	Aumento da renda 2000/2010 (%)
Aperibé	18,14	12,02	30,87
Bom Jesus do Itabapoana	17,40	19,86	55,52
Cambuci	15,42	13,14	28,48
Italva	16,97	13,23	5,14
Itaocara	22,88	14,91	,78
Itaperuna	19,20	14,46	42,99
Laje do Muriaé	13,78	12,81	29,35
Miracema	25,10	14,88	28,39
Natividade	20,58	14,85	32,83
Porciúncula	18,29	28,22	90,93
Santo Antônio de Pádua	16,35	15,30	2,62
São José de Ubá	20,75	12,24	,50
Varre-Sai	19,32	9,30	42,12
Noroeste	30,84	30,08	35,54
Estado RJ	45,10	33,91	47,10
Brasil	18,14	12,02	30,87

Fonte: DataSUS

ARTIGO

Impasses Regulatórios do Pré-Sal e o Plano de Negócios da Petrobras

RESUMO: A descoberta do pré-sal implicou em mudanças no regime de exploração de petróleo no País, sobretudo no que tange à atuação da Petrobras, cuja participação nos consórcios vencedores foi imposta legalmente no patamar de 30%. De tal forma, é preciso analisar as implicações desta imposição nos planos de negócio da empresa e como estes poderão vir a ser afetados.

PALAVRAS-CHAVE: PETROBRAS. PRÉ-SAL. PLANOS DE NEGÓCIO.

ABSTRACT: THE DISCOVERY OF PRE-SALT OIL RESULTED IN VARIOUS CHANGES TO THE REGULATORY FRAMEWORK OF OIL EXPLORATION, ESPECIALLY IN TERMS OF PETROBRAS' ROLE, WHOSE PARTICIPATION IN THE WINNING CONSORTIUMS WAS LEGALLY IMPOSED AT 30%. AS SUCH, IT IS NECESSARY TO CALL ATTENTION TO SOME OF THE IMPLICATIONS THAT THIS IMPOSITION CAN HAVE ON THE COMPANY'S BUSINESS PLAN AND HOW THESE CAN BE AFFECTED.

KEYWORDS: PETROBRAS. PRE-SALT. BUSINESS PLAN.

FERNANDO FACURY SCAFF, PROFESSOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. DOUTOR E LIVRE DOCENTE PELA MESMA UNIVERSIDADE. ADVOGADO SÓCIO DE SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELO, GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF - ADVOGADOS.

Em outubro de 2013, foi realizado o primeiro leilão de petróleo da região conhecida por pré-sal. Descoberta, oficialmente, em 2007, ou, pelo menos, melhor dimensionada naquele ano, esta nova província petrolífera gerou a introdução de um novo modelo exploratório no Brasil, que foi testado, pela primeira vez, no leilão de Libra. À luz da experiência havida, será que o modelo deve ser mantido?

Desde o surgimento da Petrobras, através da Lei 2004/53, havia grande identificação entre esta empresa e o governo brasileiro, tanto que nem se discutia qual o regime jurídico exploratório, pois, na prática, a empresa atuava como longa manus do governo. Havia verdadeira confusão jurídica entre o que era o patrimônio petrolífero do povo brasileiro e o que era patrimônio da empresa. O monopólio da União sobre a exploração desses recursos naturais era, naturalmente, o monopólio da e na Petrobras.

Através da Emenda Constitucional 9, de 1995, foram separadas estas operações, com a quebra do monopólio da Petrobras, e a permissão para

que o Brasil contratasse com “empresas estatais ou privadas” a extração do petróleo. O monopólio foi mantido no Estado brasileiro, a despeito de, juridicamente, isso ser pouco compreensível. Quando regulamentado este preceito, através da Lei 9.478/97, acirrado debate ocorreu no Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.273, decidida, por maioria, em março de 2005, tendo por Relator para o acórdão o Ministro Eros Grau. Com esta decisão, foi declarado constitucional o art. 26 daquela Lei, que permitia ao concessionário ficar com o produto da exploração, ou seja, o petróleo e o gás extraídos. A partir de então, o sistema exploratório brasileiro foi alterado, pois, embora a Petrobras permanecesse como empresa estatal, seu monopólio havia sido quebrado e ela teria que passar a disputar com outras empresas, através de leilões, o direito de explorar o petróleo brasileiro. Assim sendo, surge o sistema de exploração através de contratos de concessão no Brasil contemporâneo. Vence a licitação quem propõe pagar maior bônus de assinatura ao Estado para obter o direito de explorar aquele campo. E o governo se remunera através do sistema de royalties e outras exigências fiscais menores.

Como mencionado, nova alteração surgiu com o descobri-

mento do pré-sal. O governo brasileiro desejava ter maior controle sobre a exploração de petróleo e entendeu que o sistema de concessão não lhe assegurava isso. Portanto, foi aprovada a Lei 12.351/10 para que esta área e outras que venham a ser consideradas estratégicas sejam exploradas através do sistema de partilha de produção, que surgiu, inicialmente, na Indonésia em 1966 e que transfere ao setor privado o risco exploratório, deixando ao Estado uma parcela do lucro em óleo (profit oil) que vier a ser produzido. Vence a licitação quem oferecer maior parcela de profit oil ao Estado além do maior valor em bônus de assinatura.

Ocorre que o sistema brasileiro possui, como peculiaridade, a obrigatória participação da Petrobras em, pelo menos, 30% do consórcio que vier a explorar a área no sistema de partilha de produção, conforme estabelece o art. 10, III, “c” da Lei 12.351/10. Além de ter a PPSA – Pré-Sal Petróleo S.A., outra empresa estatal, criada pela Lei 12.304/10, como parceira obrigatória na atividade exploratória, com finalidades ainda pouco claras na prática, mas que a Lei atribui o monopólio da gestão dos contratos e da comercialização de petróleo e gás da área do pré-sal.

Este é o ponto central da questão. Como uma empresa que é obrigada a participar de

todos os leilões que o governo vier a realizar, com 30% do lance e do investimento, pode vir a ter seu próprio plano estratégico de negócios? Mais uma vez o governo brasileiro amarra a atuação da Petrobras aos interesses governamentais, deixando de lado os interesses dos acionistas minoritários e do povo brasileiro. Afinal, se o País já tem um sistema de partilha de produção que lhe garante parcela do óleo extraído, e se ainda pode vir a se utilizar do sistema de concessão – sem falar nos 5 bilhões de barris atribuídos à Petrobras pelo sistema de Concessão Onerosa – por qual motivo é atrelada a exploração da área do pré-sal à obrigatória participação da Petrobras em pelo menos 30%? E, exatamente, qual será a função estratégica da PPSA nesse processo?

Observem que a situação é, no mínimo, paradoxal, pois a Petrobras, por lei, se obriga a investir valores que desconhece, pois terá que participar com 30% em todos os consórcios que forem apresentados – e isso não é apenas teórico, mas concreto, pois terá que desembolsar 30% de quanto for necessário para alavancar a exploração. E este percentual corresponderá ao valor da maior proposta apresentada – aquela que vier a ser vencedora. Logo, é algo completamente externo aos objetivos e ao planejamento da própria

empresa. Assim, maior oferta pelo bloco a ser explorado implica em maior desembolso por parte da Petrobras. Eis o paradoxo: quanto maior for o lance, melhor para o governo brasileiro e pior para a Petrobras, que terá que desembolsar mais para explorar uma área para a qual pode não ter nenhum interesse estratégico. Quanto mais o consórcio vencedor ofertar, pior para a Petrobras. Se não há esquizofrenia, existe, ao menos, conflito de interesses.

Como o dinheiro não dá em árvores, e seu acionista controlador – o próprio governo – restringe a possibilidade de correção dos preços dos produtos que vende, a Petrobras encontra-se em apuros estratégicos, pois terá que se desfazer de ativos para fazer frente aos investimentos que o governo lhe obriga a participar como agente minoritário, porém com grande percentual.

No leilão do campo de Libra, venceu, ofertando o preço mínimo, o único consórcio a participar, composto pela Petrobras (que acresceu 10% aos obrigatórios 30%, totalizando 40%), Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC (10%). O valor do profit oil oferecido importou em 41,65%, além do pagamento de bônus de assinatura no montante de R\$ 15 bilhões, sendo o prazo de exploração de 35 anos. A Petrobras terá que desembolsar R\$ 6 bilhões pelo bônus, além de ser obrigada a investir 40% dos estimados US\$ 180 bilhões durante o período de exploração. Terá caixa para isso? Será o melhor investimento disponível no mercado para a empresa?

Qual movimento se viu nos dias seguintes ao leilão? A Petrobras se desfazendo de ativos no exterior visando obter caixa para fazer frente aos investimentos no pré-sal. Vendeu pelos menos ativos em Luxemburgo e no Peru, estes para a mesma CNPC, sua parceira no consórcio do pré-sal, pelo valor de US\$ 2,6 bilhões.

Ou seja, se desfez de campos exploratórios do exterior para poder investir no Brasil. Será que o sistema regulatório bra-

a exploração, é necessária a obrigatória participação da Petrobrás no elevado percentual de 30%? Ou será melhor

COMO UMA EMPRESA QUE É OBRIGADA A PARTICIPAR DE TODOS OS LEILÕES QUE O GOVERNO VIER A REALIZAR, COM 30% DO LANCE E DO INVESTIMENTO, PODE VIR A TER SEU PRÓPRIO PLANO ESTRATÉGICO DE NEGÓCIOS? MAIS UMA VEZ O GOVERNO BRASILEIRO AMARRA A ATUAÇÃO DA PETROBRAS AOS INTERESSES GOVERNAMENTAIS, DEIXANDO DE LADO OS INTERESSES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS E DO POVO BRASILEIRO.

sileiro, fundado no sistema de partilha de produção e com a participação da PPSA, ainda necessita de pelo menos 30% de participação acionária da Petrobras no empreendimento para assegurar a soberania nacional?

Esta questão gera dúvidas sobre o modelo de participação da Petrobras na exploração do pré-sal. Guilherme Estrela, ex-diretor de Exploração e Produção da empresa, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo (edição de 28/10/2013), declara que o governo deveria ter contratado diretamente a Petrobras para explorar 100% do campo de Libra, e não tê-la submetido a um consórcio com outras empresas estrangeiras. Afinal, diz ele, a Petrobras é quem possui tecnologia necessária para a exploração de petróleo e gás em águas profundas. O ponto-chave de seu raciocínio está na seguinte frase: “As grandes empresas petrolíferas mundiais, inclusive a Petrobras, representam e defendem os interesses de seus países-sedes, nos países onde atuam.” E é aí que a dúvida recrudescer. Sendo a ideia central do sistema de partilha de produção transferir o risco ao empreendedor, afastando-o do Estado, embora este mantenha elevado controle sobre

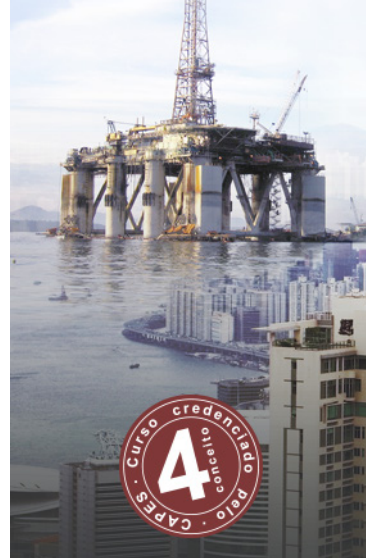
mantê-la atuando em outros países, pesquisando e buscando novas reservas que não sejam as existentes no território brasileiro, já devidamente resguardadas pelo sistema regulatório de partilha adotado? Certamente não haverá dinheiro para tudo, em face da inexorável lei econômica da reserva do possível, que limita os desembolsos aos recursos existentes e gera a necessidade da realização de escolhas trágicas, dentre elas a de usar os sempre poucos recursos disponíveis na exploração do petróleo brasileiro ou a de tentar obter mais petróleo no exterior, aumentando a independência energética brasileira. A utilização de outros mecanismos regulatórios, em especial os societários, como a instituição de golden share para situações especialíssimas, ou pela redefinição do papel da PPSA, poderiam ser fórmulas economicamente mais adequadas.

Existem enormes desafios que a Petrobras já vem enfrentando, com bastante garra e muitas dificuldades operacionais e financeiras, como a conclusão da perfuração de um poço na área de Franco, inserida no Contrato de Cessão Onerosa, ou no desenvolvimento de seu próprio Plano de Negócios e Gestão (PNG),

como se vê com o início de produção no campo de Papa-Terra, que explora em consórcio com a Chevron (esta com 37,5%). Ou ainda em outras áreas do pré-sal, como em Iara, onde foi concluída a perfuração de seu quinto poço exploratório, onde atua em parceria com a BGE&P Brasil (25%) e Petrogal Brasil (10%).

São dúvidas de estratégia nacional, negocial e de investimentos que merecem maior reflexão por parte dos agentes envolvidos. Por não ter foco definido e nem fonte de recursos livres e sendo ainda obrigada a investir fortemente ao sabor dos ventos do mercado, a Petrobras corre o risco de não ter fôlego para todo esse esforço, e o Brasil ser fortemente prejudicado por um futuro engasgo operacional em um setor estratégico, o que espero distante.

Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades



**NOVAS INSCRIÇÕES
EM FEVEREIRO**



UNIVERSIDADE
CÂNDIDO
MENDES

www.ucam-campos.br

ARTIGO

O Comportamento do Setor Industrial na Região Norte Fluminense no Período 1999/2011

RESUMO: AO LONGO DO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, A PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA PROPORCIONOU À REGIÃO NORTE FLUMINENSE UMA SIGNIFICATIVA EXPRESSÃO ECONÔMICA, TANTO EM ÂMBITO ESTADUAL COMO NACIONAL. PORÉM, A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XX, OCORRE UMA RELEVANTE MUDANÇA NA SUA CONFIGURAÇÃO PRODUTIVA, PASSANDO A SER LIDERADA PELAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADAS À INDÚSTRIA PETROLÍFERA. ESSA INFLUÊNCIA SE DEVE, PRINCIPALMENTE, AO FATO DE CINCO DOS SEUS NOVE MUNICÍPIOS SEREM GRANDES BENEFICIÁRIOS DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS. ESTE TRABALHO TEM O INTUITO DE VERIFICAR EM QUE MEDIDA A PRODUÇÃO E EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (P&G) CONTRIBUÍRAM PARA O COMPORTAMENTO DO SETOR INDUSTRIAL DO NORTE FLUMINENSE (NF), BUSCANDO VERIFICAR SE SEU COMPORTAMENTO ECONÔMICO É ANÁLOGO AO PERCEBIDO NO ÂMBITO ESTADUAL E NACIONAL. ALÉM DISSO, PROCURA IDENTIFICAR, NO DESEMPENHO ECONÔMICO DA REGIÃO, OS REFLEXOS DA CRISE INTERNACIONAL DE 2009.

PALAVRAS-CHAVE: INDÚSTRIA, NORTE FLUMINENSE, PRODUTO INTERNO BRUTO.

ABSTRACT: THROUGHOUT THE XIX CENTURY AND FIRST HALF OF XX CENTURY, SUGARCANE PRODUCTION PROVIDED TO THE NORTH FLUMINENSE REGION A SIGNIFICANT ECONOMIC EXPRESSION, BOTH STATE AND NATIONWIDE. HOWEVER, FROM THE LATE XX CENTURY, THERE WAS A RELEVANT CHANGE IN THE PRODUCTIVE STRUCTURE OF THE REGION. SINCE THEN, THE NORTH FLUMINENSE REGION HAS BEEN LED BY INDUSTRIAL ACTIVITIES AND PROVISION OF SERVICES RELATED TO THE OIL INDUSTRY. THIS INDUSTRIAL INFLUENCE IS MAINLY DUE TO THE FACT THAT FIVE OUT OF ITS NINE DISTRICTS ARE MAJOR BENEFICIARIES OF ROYALTIES AND SPECIAL PARTICIPATION. THIS WORK AIMS TO DETERMINE TO WHAT EXTENT THE PRODUCTION AND EXTRACTION OF OIL AND GAS (O&G) CONTRIBUTED TO THE BEHAVIOR OF THE NORTH FLUMINENSE INDUSTRY, SEEKING TO VERIFY IF ITS ECONOMIC PROCEDURE IS SIMILAR TO THAT SEEN IN THE STATE AND NATIONWIDE. BESIDES, IT ALSO SEARCHES FOR IDENTIFYING THE REPERCUSSION OF THE INTERNATIONAL CRISIS OF 2009 IN THE ECONOMIC ATTITUDE OF THE REGION.

KEYWORDS: INDUSTRY, NORTH FLUMINENSE, GROSS NATIONAL PRODUCT.

JOSÉ EDUARDO MANHÃES DA SILVA, MESTRE EM ECONOMIA EMPRESARIAL PELA UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES - UCAM/RJ

PROFESSOR ASSISTENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF/UCG.

DENISE CUNHA TAVARES TERRA, DOUTORA EM GEOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

PROFESSORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF

PROFESSORA COLABORADORA DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES - (UCAM/CAMPOS).

ELVIA ALVARENGA FAGUNDES DA SILVA, ALUNA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF

BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC/UFENF).

Até meados do século XX, os municípios integrantes das duas microrregiões do Norte Fluminense (NF) ocuparam um posicionamento econômico

relevante, tanto em nível estadual como nacional, devido às expressivas produções de açúcar e álcool, de forma predominante no município de Campos dos Goytacazes.

Porém, a partir da segunda metade da década de 1970, quase em movimento consecutivo ao arrefecimento da atividade produtiva sucroalcooleira, os municípios da região NF ressurgem no cenário econômico nacional como os maiores produtores de Petróleo e Gás – P&G - no Brasil.

A atividade extrativa mineral se apresentou, a partir da década de 1980, como propulsora das atividades industriais e de serviços da região, impulsionadas pelos vultosos investimentos da indústria de P&G, propiciando um “novo ciclo econômico” no Norte Fluminense. Os investimentos da indústria petrolífera apresentaram-se com extraordinário potencial para a promoção de externalidades viabilizadoras de mudanças estruturais e institucionais nessa região.

Porém, ao contrário do que se poderia esperar, e conforme o exposto na recente literatura

que aborda a questão, os resultados desse contexto produtivo têm se mostrado pouco relevantes na região e pouco impulsores da economia dos municípios do NF.

Em 2009, eclode na economia norte-americana uma severa crise financeira, com repercussão mundial, decorrente da política de crédito adotada nos Estados Unidos da América, que resultou no desaquecimento das economias mundiais e, consequentemente, na redução do comércio internacional e do preço das commodities, dentre elas o Petróleo e o Gás Natural, o que repercutiu diretamente no Produto Interno Bruto - PIB do setor industrial do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e da região Norte Fluminense.

O recente período selecionado para análise compreende o intervalo entre 1999 e 2011, visto que, nesse período, já se percebem os efeitos provenientes dos investimentos e mudanças estruturais e institucionais decorrentes da atividade produtiva de P&G na região NF. Para a melhor percepção do comportamento nesta re-

gião, faremos a comparação com o ERJ e o Brasil.

O objetivo deste trabalho é levantar e depurar informações e dados, oriundos dos principais órgãos oficiais provedores de informações, com o intuito de perceber o comportamento do setor industrial, tendo como parâmetro a evolução do PIB no período 1999/2011.

A hipótese deste trabalho é de que a existência da atividade de produção de P&G na Bacia de Campos (BC) proporcionou ao ERJ, e mais pontualmente à região NF, a alavancagem no setor industrial, devido, principalmente, ao efeito multiplicador dos investimentos da indústria de P&G.

Com o intuito de melhor entender a composição produtiva da região NF, e poder realizar análise balizada no seu comportamento produtivo, utilizaremos o Quociente Locacional – QL, tendo como parâmetro comparativo a composição produtiva do ERJ.

O presente trabalho também utilizará dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP com o objetivo de demonstrar e fundamentar o comportamento do setor industrial dessas regiões.

A Influência da Indústria de P&G

Desde 1998, o IBGE aplica metodologia para construção de estimativas do PIB dos municípios, segmentando as informações em: agricultura, indústria e prestação de serviços. Essa metodologia, ao alocar o valor da produção dos campos petrolíferos diretamente ao PIB dos municípios, acaba por criar uma deformidade tendenciosa nesse indicador econômico.

Essa distorção decorre do fato de que a metodologia empregada pelo IBGE utiliza como base as premissas de alocação produtiva da ANP, na qual a contabilização da produção de P&G é realizada considerando-se as determinantes geográficas, sem levar em conta se a riqueza e a renda são canalizadas para o município na qual é alocada. Essa característica é apresentada pelo IBGE (2008):

(...) Em relação ao petróleo e gás natural, o rateio entre os municípios é feito pela estrutura construída sobre a quantidade produzida de petróleo e gás natural, no mar e em terra, de cada município. Essa informação é fornecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. A regionalização da produção por município necessita do estabelecimento de premissas que norteiem a sua correta alocação. (...). (IBGE – Relatórios Metodológicos – PIB dos Municípios, 2008, p. 19 - sublinhado do autor).

A magnitude da participação da atividade de P&G acaba por gerar falseamentos no entendimento quanto ao real comportamento do setor industrial na geração de riqueza e renda e crescimento econômico do NF.

Essa alocação ou contabilização, que pode-se considerar à margem da realidade, resulta em distorções, pois as riquezas e rendas geradas dessa produção não são apropriadas plenamente pelas regiões para quais são alocadas, mas somente contabilizadas como se assim as fossem, o que dá margens ao entendimento equivocado de que a região NF e seus residentes se beneficiam plenamente da riqueza, absorvendo a renda proveniente da extração de P&G. Esse cenário de “ilusão” é descrito por Cruz (2004):

(...) O petróleo sai do fundo do mar para os oleodutos, que o transportam até as unidades de beneficiamentos e distribuição, fora da região (...). Não houve internalização de etapas de beneficiamento da cadeia produtiva do petróleo no Norte Fluminense, limitando os efeitos a montante e a jusante da atividade, ou a difusão espacial e social dos seus benefícios (...). (CRUZ, 2004, p. 111).

Dessa forma, a desagregação da produção de P&G do PIB do setor industrial se faz pertinente para a adequada percepção sobre as condições do setor industrial das regiões para as quais são incorporadas as supostas riquezas e rendas provenientes da produção de P&G. Essa dissociação, devido à indisponibilidade das informações necessárias para sua realização, pode resultar em imprecisões quanto aos resultados obtidos, sem, no entanto, deixar de evidenciar a conjuntura dos municípios no que tange à composição de seu PIB industrial. Além do que, a inexistência desses dados inviabilizaria a análise pretendida.

Assim, para estimar o valor da produção de P&G a ser alocado no PIB de cada município do NF, adotamos como proxy a relação entre as seguintes variáveis: (i) o valor da atividade econômica do PIB referente à “extração de petróleo e outros

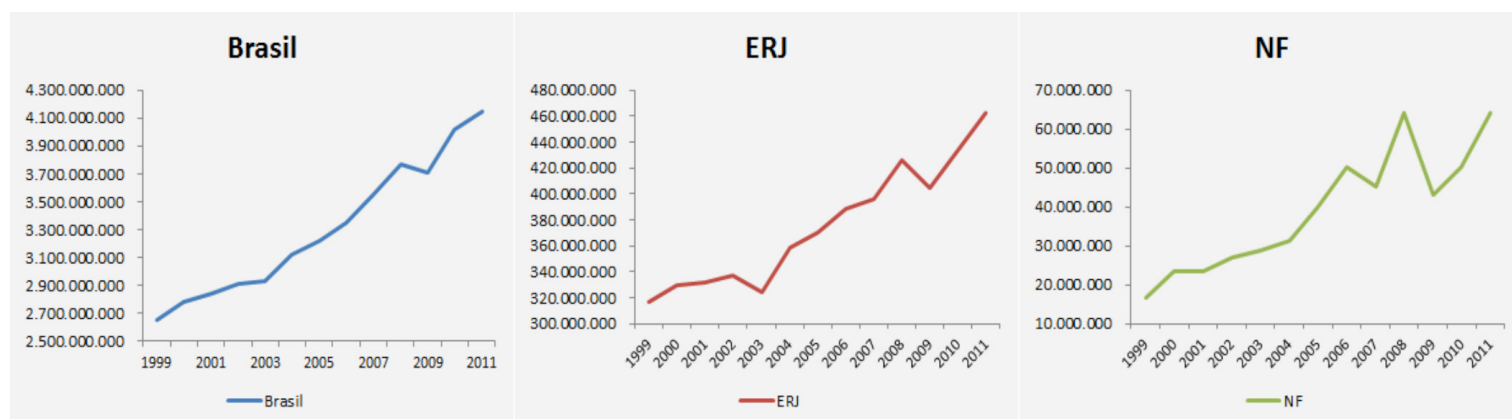
minerais” do ERJ no período 1999/2011 (CEPERJ); e (ii) os percentuais médios de confrontação utilizados pela ANP para atribuir a produção aos municípios do ERJ para posterior pagamento dos royalties. Dessa forma, buscamos estimar os valores da produção de P&G para os municípios do NF considerando somente a produção do minério, desconsiderando condições especiais, que se fazem desnecessárias para nossa análise.

O Posicionamento Industrial do Norte Fluminense

A relevância da atividade produtiva de extração mineral de P&G é cada vez mais unânime, tanto no que tange à geração de riquezas e renda, como de tecnologia. Assim sendo, a produção de P&G se coloca, conforme o arcabouço teórico, como potencial fomentadora das atividades produtivas da região na qual se estabelece.

No Brasil, a importância dos investimentos na atividade extrativa de P&G vem se ampliando e se solidificando desde a década de 1990. Essa significância aumentou ainda mais recentemente, devido às descobertas de jazidas de P&G na camada pré-sal, propiciando, assim, uma alavancagem expressiva nas demais

Figura 1 – PIB Brasil, ERJ e do NF – 1999/2011.



Fontes: IBGE e CEPERJ

atividades produtivas do País, dos estados e dos municípios, conforme anunciado por Rappe (2011):

(...) Tem sido marcante o aumento da importância do setor de petróleo no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em meados dos anos de 1990, o petróleo representava menos de 3% das riquezas do país; hoje já atinge 12%, e em 2020 estima-se que venha representar até 20% do PIB (...). (RAPPEL, 2011, p. 51).

Assim sendo, iniciaremos essa análise verificando o comportamento do PIB, no período de 1999 a 2011, nas esferas de apuração Brasil, ERJ e NF.

Na figura 1, podemos verificar que, em todas as três esferas, houve uma tendência de crescimento. O PIB nacional experimentou uma trajetória mais uniforme do que os do ERJ e do NF. Porém, todos os três níveis apresentam, em proporções diferentes, uma abrupta inflexão no ano de 2009, que se deve à ocorrência da crise financeira mundial, a qual influenciou fortemente o comportamento da moeda Dólar - US\$ e do preço das Commodities de P&G no mercado internacional.

Devido à crise internacional, em 2009, o PIB da União apresentou uma queda da ordem de -0,3%, o PIB estadual, uma queda de -5,1% e o PIB regional, que mais uma vez apresentou uma variação mais intensa, observou uma queda de -32,6%. Cabe, no entanto, examinar a composição do PIB nas três esferas de apuração com o intuito de perceber características similares ou divergentes entre os mesmos.

Assim sendo, ao analisarmos a participação média dos setores no PIB da União e do ERJ, verificamos que o setor econômico mais expressivo é o de serviços, seguido do setor da indústria. No Norte Flumi-

nense, a participação do setor industrial se apresenta mais significativa, seguida pelo setor de serviços “e tendo, nesse aspecto, semelhança com os dois outros níveis de apuração, um posicionamento pouco expressivo da agropecuária.”

Para o melhor entendimento e análise do comportamento evolutivo dos setores econômicos e, mais especificamente, do setor industrial do NF, tão fortemente influenciado

Figura 2 – Participação Média dos Setores no PIB - 1999/2011.

	Federal	ERJ	NF
Agropecuária	5,1%	0,4%	1,2%
Indústria	23,9%	23,3%	61,2%
Serviços	57,0%	61,2%	28,2%

Fonte: IBGE – elaboração própria

Figura 3 – Participação Média do Setor Industrial - 1999/2011.

Participação	Federal	ERJ	NF
Petróleo e Gás	8,4%	35,5%	83,7%
Demais Indústrias	91,6%	64,5%	16,3%
Indústria	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEPERJ – elaboração própria

Figura 4 – Quociente Locacional do NF – 1999/2011.

QL PIB NF	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agropecuária	4,75	3,34	3,16	2,91	2,66	2,39	1,79	1,52	1,94	1,12	2,13	1,61	1,42
Indústria	2,26	2,62	2,63	2,68	2,60	2,37	2,47	2,41	2,49	2,50	2,33	2,29	2,35
Serviços	0,63	0,46	0,48	0,44	0,42	0,43	0,35	0,31	0,36	0,30	0,51	0,49	0,41

Fontes: IBGE e CEPERJ – elaboração própria

Figura 5 – QL do Setor Produtivo de P&G na Indústria do NF – 1999/2011.

QL Indústria	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Petróleo e Gás	5,96	3,59	3,55	2,98	2,81	2,93	2,20	1,84	2,09	1,60	2,47	2,28	1,77
Demais Indústrias	0,26	0,19	0,19	0,21	0,21	0,25	0,21	0,24	0,24	0,43	0,32	0,31	0,30

Fontes: IBGE e CEPERJ – elaboração própria

pela presença da indústria de P&G, se faz necessário o expurgo de sua expressiva participação do PIB industrial da região. Pois, segundo Silva (2012):

“(...) a atividade (extrativa mineral) é, indubitavelmente, a de maior magnitude, em função dos valores monetários e da velocidade de expansão que tem alcançado (...).”

Uma presença tão expressiva como a da produção de P&G no PIB industrial da região NF pode ocasionar distorções no verdadeiro entendimento sobre a estrutura e o papel do setor produtivo industrial na região, assim como de sua trajetória expansiva ou recessiva. No período analisado, e com base nos dados oriundos da proxy utilizada para esse fim, observamos que o setor de “extração de petróleo e outros minerais” foi responsável por

83,2% do PIB da indústria no NF, enquanto que as demais atividades industriais geraram os 16,8% restantes do PIB da indústria nessa região.

Esse cenário, pouco propício ao crescimento do setor industrial de transformação, tendencialmente acarretou uma economia pouco agregadora de valor em seu território, consequentemente, com reduzidas condições de geração de riqueza e renda que venham a ser absorvidas pela própria região.

Ao verificarmos o comportamento evolutivo do setor industrial desagregado no período pesquisado, percebemos que a indústria de P&G apresentou, para o ERJ, uma participação média de 35,5%, enquanto que a participação média do PIB das demais atividades industriais foi da ordem de 64,5%, o que denota a não dependência do ERJ da indús-

tria de P&G, ocorrendo o mesmo com a indústria nacional.

Assim, a configuração industrial do NF apresenta uma vulnerabilidade quanto à geração de riqueza e renda, pois sua composição pouco diversificada e dependente de uma atividade extrativa mineral, como de P&G, está sujeita a dificuldades de ordens diversas, podendo interromper, adiar ou mesmo cessar os benefícios oriundos de seu produto.

Dentre as dificuldades que podem perturbar o comportamento do PIB da atividade de P&G, pode-se destacar a subordinação das atividades econômicas contemporâneas ao contexto global, conforme foi percebido no ano de 2009, quando, devido à crise financeira mundial, o PIB da atividade extrativa mineral sofreu uma abrupta queda decorrente do impacto sobre a cotação do barril de petróleo, momento no

qual a cotação desse minério caiu 36,59% e, conseqüentemente, reduziu o PIB do setor industrial.

Conforme já abordamos, a partir de um passado recente, a indústria de “extração de petróleo e outros minerais” aumentou significativamente sua participação no PIB industrial, “ocultando”, podendo-se assim dizer, o real desempenho da indústria de transformação.

A análise da composição produtiva do NF pode também ser asseverada ao verificarmos o seu posicionamento de especialização tomando como região de referência o estado no qual está inserida. Assim sendo, para melhor compreensão e balizamento, apuramos e utilizamos o Quociente Locacional – QL da região NF tendo como referência o ERJ.

O setor industrial experimentou no período analisado um aumento de sua especialização, sendo o único setor produtivo a aumentar sua especialização quando comparado ao ERJ. Esse incremento, que inicialmente pode

ser considerado pequeno, assume outra conotação se considerarmos que o setor industrial possui grande relevância em outras regiões do ERJ, fora do NF. O comportamento do QL do Norte Fluminense, em relação ao ERJ, é demonstrado na figura 4.

Ainda utilizando o conceito do QL, podemos verificar o comportamento da indústria de “extração de petróleo e outros minerais” desagregado dos demais segmentos da indústria, e seu grau de especialização em relação ao ERJ. Para tanto, limitamos o escopo da análise tão somente ao setor industrial do NF e do ERJ. Assim, podemos verificar, mais pontualmente, o comportamento da indústria de P&G, obtendo os quocientes a seguir (Fig. 5).

Desta forma, percebemos, durante o período, uma redução na especialização da indústria de P&G no NF e no ERJ, fato que pode ser entendido como resultante das iniciativas, no âmbito da indústria de P&G, da inserção de parques industriais derivados da atividade, como refinarias

e polos industriais em outros municípios do ERJ, fazendo com que a especialização, antes mais concentrada no NF, se dilua pelo ERJ.

A melhoria no QL dos demais setores da indústria no NF pode significar que a indústria de P&G tem gerado estímulos, propiciando, assim, transbordamentos internos, e conseqüentemente, ampliação da especialização dos demais setores industriais da região quando comparados com os demais setores da indústria do ERJ. Sendo, essas relações, obtidas a posteriori do expurgo da indústria de P&G do setor industrial.

Considerações Finais

Com base nas informações coletadas e nas observações descritas nesse trabalho, verificamos que o comportamento do PIB do setor industrial indica que o Norte Fluminense, no período de 1999/2011, tem se aproveitado, mesmo que de forma limitada, dos efeitos multiplicadores provenientes da produção de P&G.

O comportamento do PIB

total do NF se assemelha ao desempenho do PIB total do Brasil e do ERJ no que tange à sua trajetória de crescimento, porém, apresentando diferenças quanto à intensidade desse crescimento e à sua composição. Enquanto o PIB nacional e o do ERJ cresceram, na média do período, na ordem de 3,6% e 3,3%, respectivamente, o PIB do NF cresceu, em média, 13,9%.

Também, as performances dos setores que motivaram esse crescimento no NF diferiram quanto aos que conduziram o crescimento do PIB do Brasil e do ERJ. Tanto a nível nacional como estadual, o setor mais pujante foi o de serviços, seguido pelo setor da indústria. Já, na região NF, o setor industrial foi o mais preponderante, seguido pelo setor de serviço, tendo, assim como nas demais esferas, a agropecuária contribuindo de forma mais tímida. Assim sendo, percebemos que os comportamentos setoriais produtivos do Norte Fluminense fazem com que não haja analogia com o comportamento setorial nacional e estadual.

CONTINUA NA PÁGINA 12

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas
- **INFOROYALTIES**



Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br

A fragilidade do setor industrial a qual se expõe a região NF foi evidenciada na recente ocorrência da crise financeira mundial (2009). Esse evento afetou mais o NF, pois diante do impacto na indústria geradora dos transbordamentos, as expectativas dos setores relacionados foram afetadas, e, consequentemente, investimentos foram postergados e/ou cancelados.

Tornou-se evidente, através da observação dos dados coletados, a vulnerabilidade do PIB industrial do NF, decorrente da importância da produção de P&G e seus reflexos na economia regional, tornando-o suscetível a abalos diversos desde inflexões na produção até perturbações de ordem mundial, como foi o caso da crise financeira mundial.

No entanto, se considerarmos o PIB do Norte Fluminense com o expurgo do PIB da indústria de P&G, perceberemos que esse também sofreu reflexos da crise de 2009, praticamente na mesma proporção da variação do PIB da indústria de P&G. A queda do PIB da indústria de P&G, no NF, foi da ordem de

48,9%, enquanto que o PIB nas demais indústrias sofreu uma queda da ordem de 49,8%. A observação desse evento nos indica haver uma direta relação e dependência da atividade industrial do Norte Fluminense com a atividade extrativa mineral de P&G.

Assim, pode-se concluir que, no âmbito do NF, a indústria de transformação, mesmo que de forma pouco expressiva, foi beneficiada pela presença da indústria de P&G, consequentemente de seus transbordamentos, e usufruiu de crescimento em seu PIB.

O PIB industrial do NF apresenta, no período analisado, uma significativa dependência da extração e produção mineral de P&G, tornando a economia da região extremamente suscetível a perturbações, de ordens diversas, que podem a qualquer momento, interromper a trajetória de crescimento.

Essa fragilidade, conforme já indicado, deriva basicamente da ausência de iniciativas que promovam o crescimento da indústria de transformação de forma consistente e desvinculada da atividade produtiva de

P&G, propiciando, assim, um sistema produtivo consistente, agregador de valor e gerador de riqueza e renda.

NOTAS

- 1- CAMPOS DOS GOYTACAZES E MACAÉ.
- 2- CAMPOS DOS GOYTACAZES, CARDOSO MOREIRA, SÃO FIDÉLIS, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, SÃO JOÃO DA BARRA, MACAÉ, CARAPEBUS, CONCEIÇÃO DE MACABU E QUISSAMÁ.
- 3- SEGUNDO A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, A BACIA DE CAMPOS - BC FOI RESPONSÁVEL POR 79,3% DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E POR 38,7% DA PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL NO BRASIL NO EXERCÍCIO DE 2013. PRODUÇÃO BRASIL EM 2013: PETRÓLEO: 1.931 MILHÕES DE BARRIS POR DIA (MBPD) / GÁS NATURAL: 61.932 MILHÕES DE METROS CÚBICOS POR DIA (MM³/D). FONTE: PETROBRAS/ANP.
- 4- É O “QUOCIENTE OBTIDO ENTRE A ÁREA DO CAMPO CONTIDA ENTRE AS LINHAS DE PROJEÇÃO DOS SEUS LIMITES TERRITORIAIS E A SOMA DAS ÁREAS DO CAMPO CONTIDAS ENTRE AS LINHAS DE PROJEÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS DE TODOS OS MUNICÍPIOS CONFRONTANTES AO MESMO CAMPO” (ANP), CONFORME TEXTO DA LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, CONHECIDA COMO LEI DO PETRÓLEO.
- 5- INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO; CONSTRUÇÃO CIVIL; E PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS, ÁGUA, ESGOTO E LIMPEZA URBANA.

6- COMO, POR EXEMPLO, A DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ, QUE SE CONSTITUIRÁ NO MAIOR COMPLEXO PETROQUÍMICO DO BRASIL.

Referências:

- ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO – UCAM. PRODUTO ILUSÓRIO BRUTO. ANO III, Nº 10. DEZEMBRO / 2005**
- CEPERJ - FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO.
- CRUZ, JOSÉ LUIS V.. MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NO NORTE FLUMINENSE (1970-2000). **ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO NO NORTE FLUMINENSE, DA CANA-DE-AÇÚCAR AOS ROYALTIES DO PETRÓLEO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ, WTC EDITORA, 2004.**
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **RELATÓRIOS METODOLÓGICOS – PIB DOS MUNICÍPIOS: [HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR](http://www.ibge.gov.br).**
- RAPPEL, E.. A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO PRÉ-SAL E OS IMPACTOS SOBRE A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO. IN: PIQUET, R. (ORG). **MAR DE RIQUEZA, TERRAS DE CONTRASTES. RIO DE JANEIRO: MAUAD X FAPERJ, 2011. P.49-77.**
- SILVA, R. D.. **INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: FGV, 2012.**

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

INÍCIO ARTIGOS BOLETINS ANTERIORES INFO ROYALTIES FALE CONOSCO

BOLETIM
Petróleo, Royalties e Região
ISSN 1980-6310

Boletim Petróleo, Royalties e Região

Cadastre-se

WWW.ROYALTIESDOPETROLEO.UCAM-CAMPOS.BR

Editor-chefe**Rodrigo Machado Vilani**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial**Angela Moulin Simões Penalva Santos**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Christian Luiz da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Denise Cunha Tavares Terra

Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF

Edna Maria Ramos de Castro

Universidade Federal do Pará – UFPA

Frédéric Jean Marie Monié

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Helder Queiroz Pinto Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Jeroen Johannes Klink

Universidade Federal do ABC – UFABC

João Figueira de Sousa

Universidade Nova de Lisboa – UNL

João José de Assis Rangel

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

José Gutman

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

José Luis Vianna

Universidade Federal Fluminense – UFF

Lia Valls

Fundação Getúlio Vargas - FGV

Luciano Dias Losekann

Universidade Federal Fluminense – UFF

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

Universidade Federal do Pará – UFPA

Marília Steinberger

Universidade de Brasília - UnB

Paulo Gusmão

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rodrigo Anido Lira

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Rodrigo Valente Serra

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ)

Rosana Baeninger

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Rosélia Piquet

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Silvia Gorenstein

Universidade Nacional del Sur – Argentina

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Vera Lucia Alves França

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Virginia Elisabeta Etges

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Yann Fournis

Université du Québec à Rimouski - UQAR

Yves Fauré

Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical**Maria Marta Garcia de Assis Rangel**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Bolsista de Iniciação Científica**Daniel Souza Caldas**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica,

primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo Editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc.

As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees. The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic references).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic references must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc.

Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas)
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:
boletim@ucam-campos.br